

A ARTICULAÇÃO ENTRE A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E AS INICIATIVAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

Iasmini Bellaver Dambros¹

Resumo: Ao longo das últimas décadas evoluiu-se muito em relação a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Com a implementação do Programa Bolsa Família – PBF foi possível identificar que a superação da pobreza exige, para além de transferência de renda, acesso a serviços e a oportunidades de melhoria da inserção produtiva para a população em vulnerabilidade socioeconômica, população essa que também é o público-alvo da PNAS a qual tem como porta de entrada o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, pertencente à Proteção Social Básica – PSB. A Inclusão Produtiva visa fomentar oportunidades de geração de renda e inclusão no mercado de trabalho formal. Para que os diversos programas e projetos voltados para o social tenham êxito é fundamental que as ações entre as Políticas Públicas sejam articuladas e continuadas. Assim, esse trabalho tem como objetivo identificar como se dá atualmente a articulação entre a PSB e as Iniciativas de Inclusão Produtiva presentes no município de Caxias do Sul. O delineamento utilizado foi a pesquisa qualitativa e exploratória, sendo selecionados artigos científicos encontrados nas bases de dados da Google Acadêmico e Scielo, *e-books*, livros, páginas oficiais de órgãos governamentais e privados e análise documental. Fica evidente que as Iniciativas de Inclusão Produtiva, além de escassas no município, apresentam baixo alcance da população em vulnerabilidade social devido a uma série de fatores. Assim, considera-se que uma melhor articulação entre a PSB e as Iniciativas de Inclusão Produtivas presentes no Município contribuiriam de forma significativa para o rompimento do ciclo de vulnerabilidade social.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade Social. Proteção Social Básica. CRAS. Inclusão Produtiva. Caxias do Sul.

Abstract: At the end of the last decade, the development of National Social Assistance Policy (PNAS) have improved significantly. With the implementation of the program “Bolsa Família” it was possible to identify that overcoming poverty depends more than transferring financial resources, but also involves access to basic services and opportunities to those people who live in vulnerable situation. This population is also the target audience of the PNAS, which have the Center of Reference in Social Assistance (CRAS) as main entrance for all the services, belonging to the Basic Social Protection. The productive inclusion aims to encourage job opportunities e the insertion for formal labor market. To guarantee better results on the field of Social Assistance it is necessary the development of projects and programs articulating Public Politics. In addition, the main objective of this study is to identify how it works the articulation between the program “Bolsa Família” and the Productive Inclusion Initiatives currently in the city of Caxias do Sul. The methodology used in this study was the qualitative and exploratory research, based on databases such as Google

¹ Psicóloga, Especialista em Gestão Social, Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos e mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade Feevale. E-mail: mini.bellaver@gmail.com.

Academic and Scielo, e-books, books, official pages of government and private websites and documentary analysis. It is clear that Initiatives of Productive Inclusion are not well developed and the activities in this field do not reach the population in social vulnerability due to several factors that interfere. In conclusion, it is considered that a better articulation between the program "Bolsa Família" and the Productive Inclusion Initiatives present in the city would contribute significantly to the disruption of the cycle of social vulnerability.

Keywords: Social Vulnerability. Basic Social Protection. CRAS. Productive Inclusion. Caxias do Sul.

INTRODUÇÃO

A crise econômica, percebida em toda a sociedade, na qual o Brasil se encontra atualmente, mostra-se como ápice da desigualdade de distribuição de renda que há décadas está presente em nosso dia a dia. Tais desigualdades na distribuição de renda e de oportunidades de inclusão econômica e social da população brasileira maximizam o quadro de pobreza percebido na sociedade. Desta forma, as condições de sobrevivência são afetadas, afetando também a expectativa de superação de tal realidade pelas famílias pois, a crise econômica tem gerado altos índices de desemprego. Assim, percebe-se o aumento no número de famílias vulneráveis e dependentes de políticas públicas para garantir sua sobrevivência (GOMES; PEREIRA, 2005).

No Município de Caxias do Sul, conforme dados apresentados pela Fundação de Assistência Social – FAS, o número de famílias registradas no Cadastro Único sofreu um aumento de 25% no número de novos cadastros, tendo em vista que até outubro de 2015 havia 20.689 famílias cadastradas, dados esses que refletem a situação de desemprego crescente no Município (MDS, 2015).

O Brasil ao longo dos últimos anos vem demonstrando grande preocupação com a população em vulnerabilidade social, a partir dos anos 2000 o país vem implantando diferentes programas que visam combater a pobreza. O Governo Federal, no ano de 2003, uniu os diversos programas existentes, criando a partir dessa unificação o Programa Bolsa Família – PBF, o qual vem sendo implementado ao longo dos anos, apresentando resultados favoráveis desde sua implantação. Em 2010, como forma de ampliar o enfrentamento a extrema pobreza, foi lançado pelo Governo Federal o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), com foco na ampliação da renda e melhoria das condições de vida das famílias em extrema pobreza. O Plano

Brasil Sem Miséria possui três eixos: transferência de renda, por meio do PBF; acesso a serviços públicos (articulando a política de Assistência Social com demais políticas públicas como a de Saúde, a de Educação e a de Habitação etc.); e a inclusão produtiva, a qual é o foco de atenção dessa pesquisa (COLIN; GONELLI; MORENO, 2014; MDS, 2009).

Desta forma, torna-se imprescindível o fomento de políticas públicas articuladas que garantam a proteção, apoio e promoção das famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS busca promover a autonomia das famílias, visando a garantia de direitos. A PNAS executa seus serviços a partir do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, o qual organiza suas ações por meio de dois tipos de Proteção Social, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, a qual compreende a média e a alta complexidade para atender famílias e indivíduos com direitos violados e em risco pessoal e/ou social. Cabe aqui destacar as ações da Proteção Social Básica a qual destina-se a prevenção de situações de risco e de violação de direitos, tendo o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS como a porta de entrada para a população em vulnerabilidade social, o qual é uma unidade pública estatal e descentralizada da Política de Assistência Social, e o Cadastro Único, unidade responsável pelo cadastramento de famílias em vulnerabilidade social nos territórios (MDS, 2009).

Sendo a promoção da integração ao mercado de trabalho um dos objetivos da Política de Assistência Social, ações de qualificação e Inclusão Produtiva foram utilizadas com a intenção de gerar trabalho e renda para a população em vulnerabilidade social atendida no âmbito do SUAS, sendo utilizados os CRAS para a implementação dessas ações em muitos municípios, as quais foram bastante pontuais e fragmentadas (SOUZA, 2013).

METODOLOGIA

Nesta pesquisa o delineamento empregado teve cunho qualitativo, tendo em vista que esse método se focaliza em aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e institucionais, o contexto em que o tema pesquisado está inserido e as associações entre as variáveis (GIL, 2010). Em relação à pesquisa desenvolvida,

esta foi de cunho exploratório, objetivando proporcionar uma maior compreensão acerca do problema a partir de revisão bibliográfica utilizando-se livros, *e-books*, artigos científicos e cadernos de orientações técnicas, disponibilizados em bases de dados como a Scielo e sites oficiais de órgãos governamentais e privados, tendo em vista que o tema é pouco explorado (MINAYO, 2010).

Ainda, foi utilizada a pesquisa documental, com coleta e análise de dados, inclusive os disponibilizados nos sites oficiais de órgãos governamentais. Para a coleta de informações relativas ao Município de Caxias do Sul, foram analisados documentos disponibilizados pela Fundação de Assistência Social de Caxias do Sul – FAS, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego – SDETE e pelo próprio site oficial da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Para a análise de Iniciativas de Inclusão Produtiva foram coletadas informações junto às instituições reconhecidas nacionalmente como as do Sistema S que atuam no Município (SENAI, SEBRAI, SESC, SENAC etc.), Projeto Pescar, Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS, além de pesquisadas outras instituições locais as quais ofertam oportunidades de inclusão produtiva, como a LEFAN, a Escola de Formação Profissional Marcopolo, o Instituto Elisabetha Randon e o Centro de Formação Murialdo etc.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1. O município de Caxias do Sul

Caxias do Sul é considerada a capital do trabalho na região sul do Brasil, atualmente a cidade é a segunda maior do estado do Rio Grande do Sul com cerca de 479 mil habitantes (IBGE, 2016). Ao longo do mais de um século de história, Caxias do Sul tornou-se uma cidade multiétnica e multirracial, ofertando oportunidades para todas as pessoas que se instalaram nela para viver, trabalhar e constituir suas famílias. A dedicação ao trabalho e empreendedorismo trazido pelos imigrantes foram as bases para a indústria de transformação diversificada presente no município, o qual atualmente abriga o segundo maior polo metal-mecânico do Brasil. O município possui o segundo maior PIB do estado contando com cerca de 175 mil empregos formais, é considerada a principal cidade do interior do Rio

Grande do Sul, sendo referência regional em serviços, saúde e educação (Prefeitura, 2014).

Assim, em função da ampla oferta de empregos e do desenvolvimento econômico próspero, Caxias do Sul tem sido destino desejado para muitos migrantes e imigrantes, porém, tais oportunidades ofertadas, em sua maioria, exigem mão de obra qualificada e muitos desses migrantes e imigrantes não apresentam a capacitação exigida para as vagas disponíveis. Em decorrência disso, tais indivíduos recorrem aos subempregos ou mesmo permanecem em situação de desemprego, ficando expostos as mais diversas vulnerabilidades e riscos, em sua maioria instalando-se em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica da cidade e se tornando público-alvo da Assistência Social do município. Tal crescimento urbano gera uma série de demandas econômicas, sociais, estruturais e ambientais, representando um desafio diário para a administração pública do município, exigindo ainda a ampliação e qualificação das políticas sociais (Prefeitura, 2014).

1.2. Histórico da assistência social no município

Caxias do Sul organizou seu primeiro serviço público de Assistência Social a partir da Lei Municipal nº 1.200, de 29 de setembro de 1962 a qual instituiu a Comissão Municipal de Amparo à Infância – COMAI, entidade com foco de atuação na garantia de direitos das crianças e adolescentes. Outras demandas de cunho assistencial eram atendidas pela Secretaria Municipal de Habitação e Ação Social - SMHAS, a qual prestava serviços e benefícios eventuais como fornecimento de cestas básicas e auxílio-funeral, entre outros, para as famílias em vulnerabilidade socioeconômica (FAS, 2016).

Após a Constituição Federal de 1988, a qual é compreendida como um marco legal para as transformações e redefinições do perfil da Assistência Social no Brasil, e com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em 1993, o município deu maior visibilidade para as questões sociais, realizando a 1ª Conferência Municipal de Assistência Social por meio da SMHAS, ainda em 1993. Tal Conferência fomentou a criação de uma Comissão Provisória de Assistência Social a qual visava garantir a permanente articulação entre as entidades representantes dos segmentos abrangidos pela nova lei e a busca pela efetivação

da criação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS. Ainda, foi criada uma equipe, composta por técnicos e gestores, com a responsabilidade de discutir e elaborar uma minuta de lei para a criação da atual Fundação de Assistência Social – FAS (FAS, 2016).

No ano de 1995 ocorreu a 2ª Conferência Municipal de Assistência Social, organizada ainda pela SMHAS. Como saldo da 2ª Conferência, por meio das Leis Municipais nº 4419, de 4 de janeiro e nº4420, de 08 de janeiro de 1996, o Poder Legislativo Municipal aprovou a criação da FAS, do CMAS e do FMAS. Assim, a partir deste marco, a SMHAS tornou-se a atual Secretaria Municipal de Habitação – SMH, gerenciando exclusivamente assuntos da Política de Habitação, enquanto os serviços socioassistenciais ficaram sob responsabilidade da FAS. Cabe destacar que a COMAI repassou seus trabalhos à FAS, sendo extinta por meio da Lei Municipal nº 5.465 em 11 de julho de 2000 (FAS, 2016).

A criação da FAS efetivou a Política de Assistência Social no Município em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e com a LOAS. Desta forma, a FAS materializa uma mudança de paradigmas, distanciando-se de uma política que atendia uma pequena parcela de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, de forma segmentada e com ações fragmentadas e descontinuadas, para uma política com serviços, programas, projetos e benefícios alinhados às novas diretrizes, com foco na garantia dos direitos de cidadania, buscando a superação das vulnerabilidades e riscos sociais enfrentados pelas famílias e indivíduos, de forma territorializada (FAS, 2016).

Ao longo destas duas décadas muito se evoluiu em relação a Política de Assistência Social no município de Caxias do Sul, após a Criação da FAS, do CMAS e do FMAS, foram firmados convênios com as ONG's e desenvolvidos Serviços, Programas e Projetos, como o Plantão Social, Programa de Renda Mínima, Programa Geração, Trabalho e Renda, Centros Educativos, Abrigos, Albergue Municipal, entre outros. Entre os anos de 2004 e 2008, com a PNAS/2004, a criação do Programa Bolsa Família, NOB/SUAS/2005 e NOB-RH/SUAS/2006, além do Censo CRAS em 2007 os quais definiram um novo modelo de gestão e apresentaram diretrizes para a efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do estado, Caxias do Sul, buscando se adequar as diretrizes nacionais, realizou a implantação de 4 unidades de CRAS – Centro, Norte, Oeste e Leste, com CREAS compartilhado, além do Cadastro Único (FAS, 2016).

A partir do ano de 2013, houve a criação de um novo CREAS, dividindo as atividades do então CREAS Centro em CREAS Norte e CREAS Sul, ainda, foram implantados o CRAS Sudeste e o Núcleo de Estudos Permanentes de Assistência Social – NEPAS, visando a capacitação continuada dos Servidores. Em 2014 foi instituída a Diretoria de Gestão do SUAS, a qual possui a função de realizar a vigilância socioassistencial, regulação do SUAS, monitoramento e avaliação, assessoria aos serviços de execução direta, assessoria à gestão no que diz respeito aos serviços do SUAS e a gestão da informação (FAS, 2016).

Assim, atualmente Caxias do Sul, é classificado como município de grande porte, possui certificado de habilitação para a execução de gestão plena da política de assistência social no município, o que engloba a gestão de todas as ações da política desenvolvidas por meio de programas, projetos, serviços e benefícios sociais. O município conta com uma ampla rede socioassistencial, com equipamentos divididos em Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE, de Média e Alta complexidade. Assim, na PSB o município possui 06 unidades de CRAS (Centro, Norte, Sul, Leste, Oeste e Sudeste), destes, 05 possuem Cadastro Único no espaço, e 01 Cadastro Único Central, além de 21 grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, ofertados tanto nos CRAS, quanto em espaços específicos de execução direta e indireta (FAS, 2016).

1.3. A inclusão produtiva urbana a nível nacional

A Inclusão Produtiva soa como uma temática recente, porém, tem previsão legal no artigo 203 da Constituição Federal de 1988, descrevendo como um dos objetivos da Assistência Social a “promoção da integração ao mercado de trabalho”, compromisso esse que foi ratificado pela LOAS em 1993, em seu artigo 2º (BRASIL, 1988; BRASIL, 1993).

A partir da implementação do Plano Brasil sem Miséria, as ações em prol da inclusão produtiva tiveram maior atenção e repercussão, sendo então apresentadas estratégias de criação de oportunidades de geração de renda, as quais foram direcionadas especificamente para o meio urbano e para o meio rural. A Inclusão Produtiva tem como objetivo favorecer acesso a oportunidades de geração de renda, fortalecendo a inclusão no mercado formal de trabalho, e apoiando o empreendedorismo, além da economia solidária. O público prioritário dessas ações

são as famílias em pobreza e extrema pobreza, as quais são identificadas a partir do cadastramento no Cadastro Único (BRASIL, 2017).

Sendo assim, dentre as estratégias apresentadas pelo Plano Brasil Sem Miséria, destacam-se a intermediação de mão de obra, o apoio ao empreendedorismo e à economia solidária, além da expansão e focalização das ações de qualificação profissional, salienta-se aqui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, criado em 2011, o qual objetiva expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos gratuitos de educação técnica de nível médio e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (MONTAGNER; MULLER, 2015).

Com vistas a executar as atribuições do Pronatec-BSM, além de outras ações de inclusão produtiva, foi criado em 2012 pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho, visando a criação de estratégias para atingir o público-alvo das ações de inclusão produtiva a partir da divulgação de cursos, com cofinanciamento federal, objetivando ações de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social ao mundo do trabalho. Desenvolvendo ações focadas na garantia de direitos e cidadania, buscando integração com a rede socioassistencial e outras políticas e a promoção e desenvolvimento do protagonismo de seus usuários a partir de atividades de empoderamento e resgate de autonomia, considerando as capacidades e potencialidades dos participantes. Para o desenvolvimento dessas ações os municípios participantes contam com os CRAS, CREAS e com as equipes do Acessuas Trabalho (BRASIL, 2017).

Em 2016 o MDSA lançou o Plano Nacional de Inclusão Social e Produtiva, tendo como Estratégia Nacional de Inclusão Produtiva a missão de induzir o desenvolvimento humano, social e sustentável que assegure a melhoria da qualidade de vida da população em situação de pobreza. Assim, para a efetivação do Plano Nacional de Inclusão Social e Produtiva, é fundamental o alinhamento das diretrizes do Governo Federal com os estados e municípios, bem como, a capacitação dos profissionais que trabalham diretamente com as políticas sociais visando o mapeamento de oportunidades e iniciativas de inclusão produtiva (MDS, 2016).

Foi divulgado no ano de 2017 o novo Caderno de Orientações Técnicas do Acessuas Trabalho, o qual salienta a atuação da PSB como principal articuladora para o desenvolvimento das ações do Acessuas Trabalho, pontuando que os serviços na PSB são organizados de forma a potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos sociofamiliares, por meio da promoção do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência e à socialização, bem como à promoção do acesso ao mundo do trabalho, pois compreende-se que a superação da pobreza exige, para além de transferência de renda, oportunidades de inserção produtiva (BRASIL, 2017).

1.4. Ações de inclusão produtiva do município

Caxias do Sul conta com um número estimado de 34 mil estabelecimentos econômicos. O setor industrial contribui com aproximadamente 6.224 empresas e, destas, cerca de 2.094 compõe o polo metal-mecânico do município. Quanto ao treinamento e a profissionalização da mão de obra, o município conta com o apoio de entidades empresariais nacionais, estaduais e locais (Prefeitura, 2014).

Abaixo serão apresentados órgãos e entidades que atuam com Inclusão Produtiva de forma gratuita e voltada para o público em vulnerabilidade socioeconômica no município:

Instituição	Ação de inclusão produtiva ofertada
SINE – Sistema Nacional do Emprego	É um programa do Ministério do Trabalho e Emprego, operacionalizado no município por meio de uma agência FGTA/SINE. Dentre suas funções destacam-se a intermediação mão de obra para o trabalho formal, encaminhando trabalhadores para as vagas de emprego disponibilizadas, por meio de estágios e empregos, ainda, encaminha seguro-desemprego, emite Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), e coordena programas específicos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (FGTAS/SINE, 2017).
CIEE-RS – Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul	É uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, cujas ações são de caráter educativo, cultural, técnico e científico. Desenvolve suas atividades por meio de uma unidade no município, em apoio às instituições de ensino e de pesquisa e promove a parceria entre educação e trabalho, intermediando vagas a partir de programas de Estágio e de Aprendizagem Legal nas mais diversas áreas. Oferta ainda oficinas gratuitas e capacitação à distância (CIEE, 2017).
SENAI –	Disponibiliza cursos nas categorias de aprendizagem, qualificação, treinamento e

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	técnicos de ensino médio. São ofertados mais de 50 cursos nas áreas de mecânica, elétrica, madeira, recursos humanos, qualidade, segurança, aprendizagem industrial, assistência técnica/tecnológica, plástico e confecção, distribuídos entre as seis unidades do SENAI em Caxias do Sul. A cidade conta ainda com o primeiro Centro Tecnológico de Mecatrônica da América Latina, com foco no treinamento e reconversão de mão de obra do parque industrial, voltado para as necessidades tecnológicas da indústria metal-mecânica presente na região. O Centro Tecnológico Automotivo de Caxias do Sul está implantado junto ao Centro Tecnológico de Mecatrônica, formando um complexo tecnológico, existe ainda o Centro de Construção Civil, Senai José Gazola e o Senai Nilo Peçanha, os quais completam a estrutura de ensino técnico da instituição no município (PREFEITURA, 2014).
SENAC-RS – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Entidade voltada para a educação profissional em atividades do comércio de bens, serviços e turismo. Conta com o Programa Senac de Gratuidade – PSG, ofertando cursos de Aprendizagem, cursos de nível técnico, qualificação técnica, cursos de capacitação e aperfeiçoamento. Tais cursos são disponibilizados para candidatos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na condição de alunos matriculados ou egressos da educação básica e trabalhadores – empregados ou desempregados. Conta com uma unidade em Caxias do Sul, sendo os cursos disponibilizados em horários alternativos e agrupados nas áreas de administração, beleza, comunicação e artes, conservação e zeladoria, hotelaria, informática, idiomas, moda, saúde e turismo (SENAC RS, 2017).
Mundo do Trabalho	Promove a capacitação de pessoas em vulnerabilidade socioeconômica com idade entre 14 e 59 anos, para o ingresso no mercado de trabalho. O Programa é realizado em parceria entre a Prefeitura de Caxias do Sul, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Econômico Trabalho e Emprego – SDETE e a Legião Franciscana de Assistência aos Necessitados – LEFAN. Na sede da LEFAN, são ofertados cerca de 20 opções de cursos profissionalizantes gratuitamente nas áreas de estética, artesanato, metalurgia, línguas, informática, administrativa, entre outros. O Programa objetiva o desenvolvimento de ações que visem à promoção e integração ao mercado de trabalho, com foco no aprimoramento de atitudes e habilidades para a inserção e reinserção no mundo do trabalho e no fortalecimento de vínculos sociais e comunitários. Além do curso, os estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família recebem vale-transporte, alimentação no local e auxílio na preparação dos currículos e encaminhamento ao mercado de trabalho. Ao final dos cursos, os alunos são encaminhados para vagas de emprego, de acordo com a demanda de empresas da região, sendo divulgado pela instituição que 40% dos alunos formados saem com emprego garantido (LEFAN, 2017).
O Banco de Vestuário	É um órgão centralizador dos resíduos gerados pelas indústrias têxteis com possibilidade de aproveitamento. Tem por objetivo a geração de trabalho e renda nas

	<p>comunidades socialmente excluídas, contribuindo com a capacitação de pessoas para o setor e transformando desperdício em benefício social e ambiental. Sua operacionalização é realizada por meio da Fundação Caxias, em parceria com centenas de entidades cadastradas como clubes de mães, associações de bairros, grupos de artesanato e economia solidária, centros comunitários e penitenciárias. Em parceria com o SENAI, o Banco de Vestuário oferta o curso de capacitação Básico de Corte e Costura à 20 alunos por turma a cada dois meses, oferecido nos turnos da manhã e tarde com carga horária total de 160 horas aula. Ainda, promove em parceria com a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, através da SDETE algumas oficinas de artesanato incentivando o reaproveitamento de materiais têxteis proporcionando a comunidade cursos e oficinas de artesanato gratuitas. Os cursos viabilizam a transformação de resíduos têxteis em peças utilitárias, capacitando pessoas para o mercado de trabalho na área de moda. O Banco do Vestuário oferta ainda o Curso de Modelagem e Prática, patrocinado pela Unimed - Gestão de Sustentabilidade no qual apresenta aos alunos conhecimentos específicos para desenvolver peças na modelagem e reformar peças já confeccionadas, estimulando a geração de renda (BANCO, 2017).</p>
<p>Qualificação Profissional Murialdinas São José</p>	<p>Com a missão de promover a inclusão social e a inserção de jovens em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho, oferece vagas para menores aprendizes com cursos de confecção industrial. O programa é uma iniciativa da Prefeitura de Caxias, por meio da SDETE, em parceria com a Associação Murialdinas São José. O curso possui duração de um ano e, ao final do curso a maior parte dos alunos são contratados por empresas como a Marcopolo e Pettenati, as quais são apoiadoras do programa (SDETE, 2017).</p>
<p>Arte de Empreender</p>	<p>Tem como objetivos despertar atitudes empreendedoras através de ações como oficinas de empreendedorismo, oficinas profissionalizantes, visitas técnicas e intercâmbios. Destinado ao público idoso dos seis distritos e quatro regiões administrativas de Caxias do Sul, o programa é realizado em parceria entre a Prefeitura, por meio da SDETE, com SEBRAE, SENAR e SINDIRURAL. O programa iniciou suas atividades de março a dezembro de 2014, com 230 idosos atendidos, no ano de 2015 foram atendidos 265 idosos através da realização de 900 horas de oficinas profissionalizantes, de capacitação para os negócios, visitas técnicas, intercâmbio entre os distritos e palestras. Este programa além de estimular ações de trabalho e renda, possibilita que o empreendedorismo seja aplicado na vida, interferindo na melhoria da qualidade de vida dos participantes (SDETE, 2017).</p>
<p>Projeto Pescar</p>	<p>O Projeto Pescar é uma rede colaborativa que promove oportunidades de desenvolvimento pessoal, cidadania e iniciação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio de parcerias com empresas e organizações de todo o Brasil. A Prefeitura de Caxias do Sul, por meio da SDETE em parceria com o CDL</p>

	<p>Caxias, atua na realização deste projeto na cidade. Atualmente as entidades participantes no são: Consolação, Dom Augusto, FISA, Hospital Pompéia, Intral, Marelli, Paróquia São José e VISATE. Os requisitos para que o jovem possa participar do projeto são: Estar cursando, no mínimo, o 7º ano do Ensino Fundamental, conforme conhecimentos mínimos para o curso, com idade entre 16 e 19 anos, em situação de vulnerabilidade social, não possuir experiências sistemáticas no mercado formal de trabalho e não ter concluído ou estar cursando algum tipo de curso técnico ou profissionalizante (PROJETO, 2017).</p>
PRONATEC	<p>Conta com a parceria de diversas instituições da rede pública e privada, inclusive instituições de ensino superior – de todo o país. Os cursos são oferecidos de forma gratuita, desde a inscrição até o material necessário para aprendizado. O programa também busca oferecer uma ajuda de custo para transporte e alimentação durante o horário do curso. As vagas são direcionadas prioritariamente a pessoas inscritas em programas sociais como o Programa Bolsa Família. Em Caxias do Sul, no ano de 2014, foram ofertados cursos nas áreas de Educação Profissional e Tecnológica, Cabeleireiro, Manicure, Mecânico, Eletricista, Encanador, Auxiliar Administrativo, Recepcionista, Vendedor, Cuidador de Idoso, entre outros. Tendo pouco investimento e disponibilização de cursos e vagas em 2015 e não tendo tido continuidade nos anos seguintes (PRONATEC, 2017).</p>
EFPM - Escola de Formação Profissional Marcopolo	<p>Com início das atividades em 1990, a Escola oferta cursos profissionalizantes a jovens do município, com prioridade aos em situação de vulnerabilidade social, proporcionando aos alunos os mesmos benefícios dos demais empregados como bolsas de estudo, primeiro emprego remunerado e a possibilidade de carreira na empresa. Ao logo dos 26 anos de atuação, a EFPM já formou mais de 1.900 jovens, mantendo convênio educacional com o SENAI para o suporte didático. Atualmente, existem cinco unidades da EFPM, sendo três em Caxias do Sul (RS) (EFPM, 2017).</p>
Instituto Elisabetha Randon	<p>Fundado em 2003, é uma Organização da Sociedade Civil com Interesse Público – OSCIP, que tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado (INSTITUTO, 2017). Dentre os programas desenvolvidos pelo Instituto destacam-se:</p> <p><i>Florescer – Iniciação Profissional</i></p> <p>com início das atividades em 2005, o programa tem por missão preparar jovens com idades de 15 e 16 anos para uma inserção no mercado de trabalho qualificada, por meio de uma formação técnica e humanística. O Programa proporciona cursos em parceria com o SENAI, de Iniciação Profissional, nos segmentos metal-mecânico e assistente administrativo, visando qualificar os jovens o mercado formal de trabalho (INSTITUTO, 2017).</p>

	<p><i>Qualificar</i></p> <p>Instalado nas dependências das Empresas Randon, o programa conta com uma ampla oficina com capacidade para formar 200 jovens aprendizes simultaneamente. O Qualificar é composto por duas etapas de aprendizagem: Formação Básica e Centro de Educação Profissional Randon/SENAI - CEP. A etapa Formação Básica, que oportuniza aos jovens a qualificação para o mercado de trabalho, oferecendo iniciação profissional no segmento metal-mecânico - parceria Randon/Senai e no segmento comércio e serviços - parceria Sindilojas/Univarejo, compreende a fase inicial do Programa Qualificar, e atende a 60 jovens oriundos do Programa Florescer e também da comunidade. Com início das atividades em 2006, o CEP oferta cursos de Mecânico de Usinagem, Montador de Componentes Automotivos e Implementos Rodoviários e Mecânico de Manutenção, todos com uma carga horária de 1.600 horas e desenvolvidos em parceria com o SENAI, no contraturno escolar para jovens com idade entre 16 a 18 anos. Além do curso técnico são oferecidas atividades complementares como: Inglês, PRO-Engineer, Complementação para Educação Profissional, Programa de Segurança e Saúde Ocupacional, Palestras com temas técnicos e comportamentais, visitas em feiras, atividades de grupo, entre outras (INSTITUTO, 2017).</p>
IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	<p>É uma instituição federal de ensino público e gratuito. Atua com uma estrutura multicampi para promover a educação profissional e tecnológica de excelência e impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões. Especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, que orienta a oferta de cursos visando ao fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais das localidades onde está instalado. Com um Campi no Município e diversos outros campis na região, o IFRS oferece cursos de formação inicial continuada (cursos rápidos), cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação (especialização e mestrado) nas áreas de fabricação mecânica, plásticos, química, entre outros (IFRS, 2017).</p>
CFPM – Centro de Formação Profissional Murialdo	<p>Atende atualmente mais de 130 adolescentes com faixa etária de 15 a 18 anos em situação de vulnerabilidade social. São ofertados três cursos: Auxiliar de Gestão de Vendas e Atendimento, Auxiliar de Operação e Manutenção de Informática e Auxiliar de Mecânica Industrial, cada curso possui duração de 800 horas e se dá no contraturno escolar dos jovens, os quais têm a oportunidade de se tornarem cotistas de empresas por meio da Lei da Aprendizagem (CFPM, 2017).</p>

1.5. A articulação entre a proteção social básica e as ações de inclusão produtiva no município de Caxias do Sul

Caxias do Sul, apesar dos elevados índices de desenvolvimento econômico, apresenta nichos de alta renda concomitantemente com áreas de precária infraestrutura, destituídas de serviços essenciais e com baixíssima renda *per capita*, sendo estas áreas compostas por uma população a qual apresenta baixa escolaridade e pouca ou nenhuma capacitação para o trabalho. Os dados econômicos apresentados, portanto, não expressam a realidade vivida por grande parte da população caxiense, principalmente o público da Política de Assistência Social, a qual, tem sido historicamente composta pelos grupos sociais em maior vulnerabilidade socioeconômica, com acesso dificultado a bens, serviços e direitos usufruídos pelos demais segmentos (BARRETO, 2006).

Assim, o cenário econômico e social do município de Caxias do Sul, de forma geral, configura uma conjuntura onde são reproduzidas as desiguais relações econômicas e sociais. Ou seja, é comum verificar-se em cidades como Caxias do Sul, de um lado, a contraditória convivência entre grande produtividade econômica de bens e serviços, concentradora de grande capital em um número pequeno de pessoas. Por outro lado, tem-se uma população excluída do mercado formal de trabalho, em situação de extrema pobreza, o que significa viver em situação de destituição, marginalidade e desproteção (BARRETO, 2006).

Como já descrito, a PNAS executa seus serviços a partir do SUAS, tendo o CRAS como a porta de entrada para a população em vulnerabilidade social. O CRAS possui duas funções exclusivas em relação aos demais entes da rede socioassistencial, sendo estas a gestão do território e a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. O PAIF é um trabalho de caráter continuado, realizado com as famílias em vulnerabilidade, o qual visa fortalecer a função protetiva das famílias, evitando a ruptura dos vínculos familiares, garantindo o acesso a direitos sociais, objetivando assim a melhora na qualidade de vida. O PAIF vai além de auxiliar as famílias no enfrentamento de vulnerabilidades e riscos, buscando assim identificar e desenvolver potencialidades dos indivíduos, fortalecendo recursos disponíveis das próprias famílias em suas formas de organização, promovendo a participação social e a articulação com as redes de apoio sociofamiliares. Assim, o CRAS é a referência nos territórios para o acesso aos serviços socioassistenciais da PSB do SUAS (MDS, 2009; MDS, 2016).

É fundamental que se destaque que o trabalho em PAIF deve articular a rede socioassistencial com as demais Políticas Públicas como a de Educação e Saúde,

entre outras, ampliando assim o acesso à informação e proporcionando a garantia de direitos às famílias usuárias do serviço pois compreende-se que a superação da extrema pobreza requer a articulação de diferentes programas e ações de diversas políticas públicas tendo em vista que a pobreza é um fenômeno multifacetado e que não se enfrenta com iniciativas isoladas. Ainda, é fundamental que se construa Políticas Públicas transformadoras e emancipatórias, e não apenas compensatórias, o que vem sendo um desafio. É fundamental pensar e articular Políticas Públicas de forma que estas garantam a dignidade da pessoa humana e levem a cada indivíduo o conhecimento de seus direitos enquanto cidadãos (MDS, 2016).

Em consonância a isso, o CREPOP (2007) ressalta que é preciso compreender o desafio da incompletude institucional e da intersetorialidade, de modo a potencializar parcerias e articular ações que complementem a intervenção do profissional. Apresenta ainda como grande desafio a articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, além do desenvolvimento de ações de forma integrada e complementar, percebendo desta forma o sujeito e a comunidade de forma integral. Assim, o diálogo entre as Políticas Públicas fortalece laços e parcerias, potencializando ações de forma continuada e desta forma atendendo as demandas do social de forma mais efetiva.

Carvalho (2011) apresenta a ideia da articulação entre as Políticas Públicas, no que se refere a territórios com maior concentração de famílias vulneráveis, articulação essa que poderá representar uma relevante intervenção para a Proteção Social uma vez que esta articulação visa a prevenção de situações de violação de direitos. Proença (2011) pontua que o processo educativo é indispensável para a vida em sociedade, tendo um caráter determinante para o desenvolvimento humano. Ainda, é imprescindível garantir que o ser humano possa ter um espaço de cuidado, de formação e de educação constante e continuada, compreendendo os espaços de ensino e capacitação como viabilizadores desse importante espaço para o desenvolvimento humano.

Quanto às Iniciativas de Inclusão Produtiva, o Governo Estadual tem o dever de articular junto ao MDSA a implantação e a execução do Pronatec-BSM nos municípios. Desta forma, cabe às prefeituras municipais a gestão local do Pronatec-BSM, atuando no cadastramento das famílias com perfil para o programa, além de divulgar e mobilizar o público, sugerir cursos alinhados as necessidades locais, negociando vagas com instituições, realizar a pré-matrícula dos interessados e

acompanhar os beneficiários durante a realização dos cursos de qualificação profissional. Com isso, órgãos como CRAS e CREAS, além de secretarias municipais (fundação, no caso do município em questão), têm o dever de dar o suporte necessário e fomentar tais ações (MONTAGNER; MULLER, 2015; RABELO; RUCKERT, 2015).

Quanto ao programa Acessuas Trabalho, é evidente sua importância enquanto estratégia de inclusão produtiva dentro do Plano Brasil Sem Miséria, tendo o Acessuas trabalho iniciado suas atividades no Município de Caxias do Sul no ano de 2013, o qual atualmente não se encontra em implementação, existindo apenas ações de inclusão produtiva fragmentadas, descontinuadas e desarticuladas entre o poder público e entidades privadas no município. Salienta-se que o município de Caxias do Sul é considerado o segundo maior do estado do Rio Grande do Sul, com população estimada pelo IBGE em 2016 de 479.236 habitantes, e alarmantes índices de desemprego, e de acordo com informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, mais de 7.030 postos de trabalho foram fechados em Caxias do Sul em 2016 (CARTA, 2017).

No dia 12 de junho de 2017, Caxias do Sul sediou o V Fórum Gaúcho de Aprendizagem Profissional. No evento, municípios como Novo Hamburgo e Santa Cruz do Sul apresentaram projetos municipais exitosos no campo da inclusão produtiva, enquanto que Caxias do Sul, mesmo sediando o evento, não apresentou nenhuma ação de inclusão produtiva municipal. Em tal evento divulgou-se também a existência do Grupo de Trabalho da Aprendizagem Profissional de Caxias do Sul, até então desconhecido pela maior parte dos trabalhadores da área.

1.6. Possibilidades de melhor articulação entre a proteção social básica e as iniciativas de inclusão produtiva

Como indicação de possibilidades visando uma melhor articulação entre a PSB e as iniciativas de inclusão produtiva presentes no município, indico:

⑩ Priorizar as vagas disponibilizadas em cursos profissionalizantes para usuários inscritos no Cadastro Único em pobreza ou extrema pobreza com encaminhamento dado pelo CRAS;

- ⑩ Criar uma “Cartilha Municipal de Inclusão Produtiva” em parceria entre as Secretarias Municipais, FAS e as Instituições que ofertam ações de inclusão produtiva visando a divulgação de tais iniciativas no Município. A Cartilha deverá ser distribuída ao público e servirá de material de referência para encaminhamentos dos CRAS para as Instituições;
- ⑩ Criar canal de comunicação municipal de oportunidades de cursos e vagas de emprego divulgado por meio das páginas oficiais da Prefeitura e *mailing* para os CRAS e demais serviços de atendimento a usuários;
- ⑩ Avaliar a possibilidade da retomada do ACESSUAS no município;
- ⑩ Criação de um Plano Municipal de Inclusão Produtiva, para direcionar as ações e projetos com foco em tal área;
- ⑩ Otimizar a comunicação entre as entidades envolvidas por meio de reuniões periódicas, palestras de divulgação do trabalho, parceria na divulgação das ações e demais ações em conjunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que as ações de inclusão produtiva ainda apresentam baixo alcance e efetividade uma vez que o público-alvo das ações vivencia uma série de vulnerabilidades para além da socioeconômica, como a dificuldade de acesso a informação, bens e direitos nas mais diversas áreas como na saúde, educação, habitação, entre outras, dificuldades essas que se tornam obstáculos para a continuidade das atividades de qualificação profissional e inclusão produtiva (RABELO; RUCKERT, 2015). Torna-se evidente a importância do acompanhamento de um técnico de referência, que conheça a realidade do usuário a fundo e o auxilie na garantia e efetivação de seus direitos sociais, para que juntos possam desenvolver um Plano Individual de Inclusão no Mundo do Trabalho a partir da análise das potencialidades, saberes e áreas de interesse e do conhecimento das oportunidades presentes no território (BRASIL, 2017).

Quanto a isso, o CREPOP (2007) pontua que atuar em uma perspectiva emancipatória, em um país marcado por desigualdades sociais e construir uma Rede de Proteção Social é um grande desafio. Temos o compromisso de oferecer serviços de qualidade, diminuir sofrimentos, evitar a cronificação dos quadros de vulnerabilidade, defender o processo democrático e favorecer a emancipação social.

Ressalta-se o compromisso com a autonomia dos sujeitos, fortalecendo suas potencialidades de forma a romper o processo de exclusão, marginalização, assistencialismo e tutela. Auxiliando estes indivíduos a se apropriarem de seus lugares enquanto protagonistas de suas histórias na efetivação de seus direitos.

Assim, a articulação entre a Proteção Social Básica e as ações de Inclusão Produtiva deve ser alvo urgente de aprimoramento pois, o acesso à qualificação e ao mercado formal de trabalho, assim como o acesso a saúde, a condições dignas de moradia e de renda devem ser garantidos. Dessa forma, é primordial que se faça valer um direito constitucional de todo cidadão, de acesso ao conhecimento para que a partir disso este possa se capacitar cada vez mais e se independizar de políticas assistenciais, auxiliando desta forma no rompimento do ciclo de vulnerabilidade social, o qual por vezes é transmitido de geração em geração nas famílias de menor poder aquisitivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO de vestuário Caxias do Sul: Projeto Municipal de Caxias do Sul. **Gerenciar os resíduos produzidos pelas indústrias têxteis, contribuindo com a capacitação de pessoas, transformando desperdício em benefício social e ambiental.** Disponível em: <<http://bancodevestuario.com.br/Home.aspx>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

BARRETO, Rosemeri Merlo. **Conselho De Assistência Social Do Município De Caxias Do Sul: Evidências De Uma Experiência.** Porto Alegre. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp002228.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **ACESSUAS trabalho: orientações técnicas. Programa Nacional de Promoção do Acesso do Mundo do Trabalho.** - Brasília, DF: MDSA, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

CARTA mensal do mercado formal de trabalho de dezembro da região de inserção da UCS. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2017. **Apresenta relatório**

mensal do panorama econômico do município de Caxias do Sul. Disponível em:
Acesso em: 28 mar. 2017.

CARVALHO, Cristiane Queiroz Leite. **O desafio da articulação das políticas de educação e assistência social como uma alternativa de enfrentamento das expressões da questão social no espaço escolar.** In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2011 São Luis. Anais. 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/cdv_jornada/jornada_eixo_2011/impasses_e_desafios_das_politicas_de_educacao/o_de_safio_da_articulacao_das_politicas_de_educacao_e_assistencia_social.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência Técnica para Atuação do Psicólogo(a) no CRAS/SUAS.** Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2007.

CFPM – Centro de Formação Profissional Murialdo. Caxias do Sul, **Oferta cursos profissionalizantes a jovens do município, com prioridade aos em situação de vulnerabilidade social.** Disponível em: <<http://www.josefinosdemurialdo.com.br/atuacao/solidariedade-carismatica>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

CIEE – Centro de Integração Empresa Escola. Rio Grande do Sul: Associação Civil, 1969. **Desenvolver iniciativas socioassistenciais e socioeducativas que promovam a capacitação e a inserção dos jovens ao mundo do trabalho.** Disponível em: <<https://www.cieers.org.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

COLIN, D.; GONELLI, V.; MORENO, A. **O Plano Brasil Sem Miséria e a contribuição da Política de Assistência Social na oferta de serviços para a garantia de necessidades sociais básicas.** In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). O Brasil Sem Miséria. Brasília, DF: MDS; SESEP, 2014.

EFPM – Escola de Formação Profissional Marcopolo. Caxias do Sul, 1990: Escola de Formação Profissional Marcopolo. **Oferta cursos profissionalizantes a jovens do município, com prioridade aos em situação de vulnerabilidade social.** Disponível em: <http://www.marcopolo.com.br/marcopolo/galeria/noticias/detalhes/2016-07-12/escola_de_formacao_profissional_marcopolo_promove_formatura_de_82_jovens>. Acesso em: 18 mai. 2017.

FAS – Fundação de Assistência Social. Caxias do Sul: Prefeitura de Caxias do Sul, 2016. **Revista Comemorativa da Fundação de Assistência Social de Caxias do Sul de seus 20 anos.**

FGTAS/SINE. Rio Grande do Sul: Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social. **Intermediação mão de obra para o trabalho formal.** Disponível em: <<http://www.fgtas.rs.gov.br/caxias-do-sul>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** (5ª ed.). São Paulo: Atlas. 2010.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social**: uma questão de políticas públicas. *Ciência saúde coletiva* [online]. 2005, vol.10, n.2, pp.357-363. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200013>. Acesso em: 19 fev. 2017.

IFRS. Caxias do Sul: Instituto Federal Rio Grande do Sul. **Oferta de educação profissional e tecnológica**. Disponível em: <<http://www.caxias.ifrs.edu.br/site/>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. Disponível em Acesso em: 29 de mar. 2017.

INSTITUTO Elisabetha Randon. Caxias do Sul, 2003: Instituto Elisabetha Randon. **Promove a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado**. Disponível em: <<http://www.ierandon.org.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

LEFAN - Legião Franciscana de Assistência aos Necessitados. Caxias do Sul: entidade socioassistencial, 1965. **Oferece cursos profissionalizantes, encaminhamento ao mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://capuchinhos.org.br/caprs/assistencia-social/lefan>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. (12ª ed.) São Paulo. Hucitec. 2010.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1. ed. Brasília. 2009.

_____. Caderno de Estudos do Curso em Mapeamento de Oportunidades e Iniciativas de Inclusão Produtiva. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Extraordinária para Erradicação da Extrema Pobreza; Centro de Estudos Internacionais sobre Governo, 2016.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação - SAGI. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=56&p_ibge=43&p_geo=0&p_search=caxias%20do%20sul. Acesso em: 08 fev. 2017.

MONTAGNER, P; MULLER, L H (Orgs.). **Inclusão Produtiva Urbana no Plano Brasil Sem Miséria: a experiência do Pronatec**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate n.24 (2015). Brasília, DF: MDS, SAGI, 2015.

PREFEITURA de Caxias do Sul. **Perfil Socioeconômico**: Caxias do Sul – 2014. Disponível em: <https://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/desenv_economico/perfil_caxias.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2017.

PROENÇA, Marilene. Mesa: Psicologia, Educação e políticas públicas. In: V SEMINÁRIO NACIONAL PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS - Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas. Brasília. CFP, 2011. **Anais...** 2011. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks_2010/pt/Acervo_files/seminario_nacional_psicol_politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016.

PROJETO pescar. Brasil: Fundação Projeto Pescar, 1995. **Programa de formação socioprofissionalizante para o acesso de jovens em situação de vulnerabilidade social, com idades entre 16 e 19 anos, ao mundo do trabalho.** Disponível em: <<http://site.projetopecar.org.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Brasil: Ministério da Educação. **Oferta de cursos gratuitos de educação técnica de nível médio e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.** Disponível em: <<http://www.pronatecmec.com.br/pronatec-caxias-do-sul-2016-rs/>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

RABELO, M. M.; RUCKERT, I. N. Ações de inclusão produtiva urbana no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 73-84, 2015.

SOUZA, F. V. F. Assistência Social e inclusão produtiva: algumas indagações. **O social em questão**. Rio de Janeiro, 2013.